

**EXMO. SR. PREGOEIRO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
(POLÍCIA FEDERAL)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2023

(Processo Administrativo nº 08211.002309/2022-84)

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A empresa **Ultramar Importação LTDA**, inscrita no CNPJ n.º 81.571.010/0001-89, localizada na Rodovia Manoel de Menezes nº 567, Bairro Praia Mole, **Florianópolis/SC vem, perante Vossa Senhoria apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL de Pregão Eletrônico Nº 13/2023**, com fulcro no art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93 e dos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

1 – DA TEMPESTIVIDADE

Esta impugnação é perfeitamente tempestiva, eis que está sendo feita na presente data – 19 de dezembro de 2023 – enquanto as propostas para participação do certame licitatório somente serão abertas no dia 26 de dezembro de 2023.

2 – DA ADMISSIBILIDADE

A impugnação apresentada é própria e merece ser conhecida pelos motivos abaixo transcritos. O seu provimento é um imperativo de fato e de direito, em razão de irregularidades constantes no Edital, que inviabilizam a plena participação de concorrentes na Licitação em comento.

3 - DO DIRECIONAMENTO

Um dos princípios basilares das licitações públicas é garantir a ampla participação e o maior número de pessoas e/ou empresas capazes de participar e propor o melhor e menor preço, em benefício da própria administração pública e do interesse público.

Ocorre que, no edital da presente licitação está sendo violado esse princípio base, uma vez que encontram-se exigências que restringem a competição, os quais põem em risco a participação da impugnante no certame, tanto quanto de quaisquer outros prováveis interessados.

Os equipamentos almejados dos itens 4 (Telêmetro PLRF25C Safran), 5 (Telêmetro MOSKITO TI Safran). 6 (Mira DAMON LR Theon) e item 7 (Clip on THERMIS ELR Theon) são todos da mesma fabricante e sua empresa parceira, com as características totalmente

direcionadas. A junção de todas as características e normas dos produtos limita a concorrência a apenas um equipamento.

Sabemos que a empresa Safran, que tem como sua parceira a empresa Theon, participa ativamente de pregões internacionais no Brasil, é uma empresa extremamente restrita em relação a suas políticas comercial, até para deixar terceiros revenderem seus produtos.

Segue o link comprovando a parceria de ambas:

<https://www.edrmagazine.eu/safran-completes-its-night-vision-portfolio>

Não se faz possível citar exemplos de equipamentos similares ao que está sendo exigido no termo de referência, mesmo existindo equipamentos tão bons quanto se não melhores aos que a empresa Safran disponibiliza.

Seguem exemplos de equipamentos de alta tecnologia que estão excluídos da disputa e possuem a mesma aplicação, visto que as especificações estão fechadas para os produtos de referência:

Item 4 -

SAFRAN: TELÊMETRO PLRF25C

<https://safran-vectronix.com/product/plrf25c/>

NEWCON:

<https://www.newcon-optik.com/products/laser-rangefinders/lrm2200si/>

<https://www.newcon-optik.com/products/laser-rangefinders/lrm-3500m-35bt/>

Item 5 -

SAFRAN: MOSKITO TI

<https://safran-vectronix.com/product/moskito-ti-family/>

NEWCON:

<https://www.newcon-optik.com/products/thermal-imaging-systems/sentinel-mlrf/>

Item 6 -

THEON: Damon LR

<https://www.theon.com/damon>

NEWCON:

<https://www.newcon-optik.com/products/thermal-imaging-systems/tvs-13m-640/>

<https://www.newcon-optik.com/products/thermal-imaging-systems/tvs13m640759hz-2/>

Item 7 -

THEON: Thermis ELR

<https://www.theon.com/thermis>

NEWCON:

https://www.newcon-optik.com/products/thermal-imaging-systems/thermal-clip-on/tvc_60/

Para concluir, as especificações como estão impedem absolutamente a participação efetiva de empresas, impossibilitando um dos princípios mais básicos: uma ampla concorrência que possibilite um melhor emprego de dinheiro público.

Assim, considerando a situação ocorrida, entende-se que a limitação das especificações técnicas requeridas restringe de fato a participação de outras licitantes no certame, incidindo na vedação contida no art. 3º, § 1º, da Lei 8.666/1993.

Dessa forma, resta claro que o referido item do Edital configura direcionamento indevido. Ressalta-se que a manutenção das referidas irregularidades presentes no Edital nº 313/2023 caso não sanadas em virtude da presente Impugnação, pode ensejarem a realização de Representação ao Tribunal de Contas Estadual por infração à legislação que rege os certames licitatórios, conforme preceitua o § 1º do artigo 113 da Lei n. 8.666/93

Como sabido, os procedimentos licitatórios têm por finalidade precípua a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração.

Firme neste norte a administração deve envidar esforços no sentido de não limitar a participação de competidores nos procedimentos licitatórios, observando neste os princípios que o regem, notadamente o da legalidade insculpido no inciso II do art. 5º da novel Carta Magna.

Nos procedimentos licitatórios, além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos

critérios a serem estabelecidos no EDITAL, necessários ao atendimento do interesse público.

Assim, imposições desnecessárias pode ser objeto de impugnação, administrativa ou judicialmente. Todos os pressupostos ou condições que impliquem restrição ao caráter competitivo do procedimento licitatório devem ser rechaçados, por violação direta ao art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Por ser prerrogativa da Administração sempre que necessário exercer seu poder de autotutela, podendo rever e reformar seus atos, com base nos princípios legais que regem a Administração Pública, verifica-se a necessidade de serem realizadas adequações ao Edital, a fim de garantir o Princípio da Legalidade, Eficiência, Razoabilidade, Proporcionalidade e Segurança Jurídica, visando resguardar os interesses da Administração Pública.

Isto posto, a Ultramar solicita que seja julgada procedente a presente impugnação, uma vez configurado o ilegal impedimento de livre concorrência, vez que restringe a competição e para fins de se adequar as normas fundamentais do Direito e da Administração Pública, requer-se a retificação do Edital quanto às especificações técnicas a fim de não mais estar direcionado a apenas uma marca e também quanto ao prazo de entrega, a fim de ampliar a competição.

O que a Impugnante deseja, assim como a grande maioria dos licitantes, é oferecer produto que atenda as exigências do edital na intenção de suprir a necessidades do solicitante.

Concluindo, as exigências, na sua forma atual, continua a RESTRINGIR A AMPLA PARTICIPAÇÃO DE CONCORRENTES na Licitação, uma vez que favorece a indústria Nacional e em especial às empresas fornecedoras da marca citada anteriormente.

Assim, verifica-se que as exigências são ilegais, à luz do que determina a Lei nº 8.666/93.3.4 – Da Afronta aos Princípios de Direito Administrativo / Da Ilegalidade do Edital. De acordo com a ilustra Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em seu excelente:

“Direito Administrativo”, “licitação é o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração do contrato”.

Assim, por ser a licitação um procedimento administrativo, ela deve obedecer a

uma série de princípios, dentre eles destacados os princípios da igualdade, da legalidade e da impessoalidade.

5 - DO PEDIDO

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta Impugnante, solicita, com sucedâneo na Lei nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, a retificação do Edital quanto às especificações técnicas a fim de não mais estar direcionado para apenas uma marca de luva, ampliando assim a competição.

Nestes termos, pede deferimento.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2023.


ALENCAR MASSULO SILVESTRE
CPF 549.827.239-15
Sócio-Proprietário